

TERCEIRO PAINEL — GUERREIRO RAMOS E O DESENVOLVIMENTO BRASILEIRO

Moderador — Prof. Helio Jaguaribe

Expositora — Prof.^a Alzira Alves de Abreu

Debatedores — Profs. Bolívar Lamounier, Clóvis Brigagão, Ignacio Rangel e Vanilda Paiva

Prof.^a Anna Maria Campos — Dando prosseguimento a este simpósio sobre Guerreiro Ramos, vamos estar hoje debatendo sua contribuição para o desenvolvimento brasileiro.

Quero apresentar aos presentes os membros que compõem nossa mesa: Prof. Helio Jaguaribe, que será o moderador dos debates de hoje; Prof.^a Alzira Abreu, que será nossa expositora; e os debatedores, Clóvis Brigagão, Prof. Ignacio Rangel e Prof.^a Vanilda Paiva. Vou passar a palavra ao Prof. Helio Jaguaribe, para dar início aos trabalhos.

Prof. Helio Jaguaribe — Foi para mim uma circunstância muito auspiciosa o amável convite que me dirigiu a Fundação Getúlio Vargas para atuar como moderador nesta reunião do ciclo de estudos sobre Guerreiro Ramos, que a Fundação Getúlio Vargas, em muito boa ocasião, teve a iniciativa de por em marcha.

Na verdade eu tive uma longa e íntima associação com Guerreiro, durante uma fase de nossa vida e, por outra parte, tendo essa associação, na dimensão da relação pessoa a pessoa, terminado num conflito, que marcou a transição do primeiro Iseb para o segundo, é para mim uma oportunidade extremamente valiosa poder, superando os antagonismos circunstanciais que marcaram o nosso conflito de fins de 1958, contribuir para prestar minha homenagem à permanente validade da obra desse grande sociólogo que é Guerreiro Ramos.

Minha função de moderador é simplesmente a de introduzir algumas palavras iniciais e depois buscar otimizar o tempo disponível por parte daqueles que vão, realmente, ser expositores da matéria. Esta é a razão pela qual minha incursão será, deliberadamente, muito breve. Gostaria de iniciá-la por esse aspecto de depoimento pessoal, que me parece importante, na ocasião em que estamos celebrando a memória de Guerreiro e a sua obra.

Tive com Guerreiro Ramos uma associação, como disse, que foi importante e relativamente longa. Marcou nossa colaboração todo o período que vai da formação do primeiro instituto, que era o Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política, no princípio dos anos 50, quando editamos a revista *Cadernos do Nosso Tempo* — da qual Guerreiro e eu éramos ativos participantes — até alguns anos mais tarde, com a criação do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (Iseb), que teve uma atuação inegavelmente muito marcante no pensa-

mento e na vida pública brasileira, na segunda metade da década de 50 e primeiros anos da seguinte.

Eu me lembro aqui, agora, das circunstâncias que me levaram a conhecer Guerreiro, quando um amigo comum, Ohelmy Strauch, sugeriu a necessidade de que o nosso grupo tivesse um sociólogo de alta qualidade científica e, por outra parte, um homem que representasse essa faceta fundamental do Brasil, que era um afro-brasileiro. Foi para nós, do grupo Ibesp/Iseb, uma extraordinária experiência conviver com Guerreiro Ramos. Posso dizer, àqueles que não o conheceram pessoalmente, que ali se encontrava uma extraordinária personalidade. Um homem de grande vitalidade, de uma abertura intelectual excepcional, de uma extraordinária capacidade de auto-educação.

Guerreiro era um grande autodidata, como todos os grandes pensadores. Na verdade os grandes pensadores são exatamente aqueles que ensinam a pensar, e que entre outras razões porque passam a pensar por conta própria. Guerreiro, extraordinário autodidata, compreendeu, de maneira muito perceptiva, o que a ciência social podia oferecer, no princípio da década de 40, que foi o período da sua formação. Creio que o seu principal vetor intelectual, naquele momento, era a obra de Gurvitch, e toda a evolução de Gurvitch para o que este veio a chamar de hiper-empirismo-dialético, temática que Guerreiro comandava com enorme proficiência, mas a partir da qual ele extraiu uma configuração própria. Não era um epígono, um mero reproduzidor de idéias externas. Ele foi um reelaborador, um sintetizador das coisas que existiam na cultura de seu tempo. Ele soube enquadrá-las, de um lado, dentro de uma perspectiva da sua própria personalidade e, por outro, em função da situação brasileira.

Eu tenho a impressão que aí está, talvez, o lado mais importante da obra de Guerreiro Ramos. Guerreiro Ramos era um pensador engajado no Brasil, na condição brasileira, não de uma maneira fácil, no sentido de proclamação, algo *naïve*, da sua condição nacional como um absoluto de patriotismo. Mas a partir da compreensão de que uma realidade deve ser entendida, na ótica de sua sociedade, a partir daquilo que, na sua forma mais elaborada, eu diria ser a mensagem principal de *A redução sociológica*. Ou seja, a idéia de que nenhuma cultura, nenhuma sociedade, tem possibilidade de compreender o mundo se não absorve o influxo das idéias, das experiências que estão em torno, como um insumo para o reprocessamento dessas mesmas idéias, a partir da perspectiva que é própria dessa sociedade, da situação que é própria dessa sociedade, dos problemas que são próprios dessa sociedade.

A grande contribuição de Guerreiro Ramos, na sua tríplice linha de atividade, como sociólogo, como teorista da organização e da administração e como formulador político em nível teórico, e até certo ponto em nível prático (Guerreiro, possivelmente, como todos sabem, conduziu seu engajamento político ao Congresso Nacional, como deputado e foi um importante participante do processo político, no período da crise final do populismo). Guerreiro teve como denominador comum dessa tríplice atividade de sociólogo, cientista da administração e de homem público, a idéia de que a causalidade das coisas depende da sua internalização, na perspectiva da sociedade que ele estava representando. As idéias ocidentais, a contribuição da cultura mundial, não podem ser transpostas de uma forma meramente mecânica. Daí aquela crítica sistemática, durante toda a vida de Guerreiro, ao que ele designava de "sociologia enlatada". Com isso queria se referir àqueles pensadores que, sob o fascínio das contribuições, evidentemente muito importantes, de certas escolas sociológicas, como a americana, para uns, e a francesa, para outros, absorvem essas contribuições de

uma forma meramente epigonal, como se elas pudessem ter uma validade semelhante àquela que tem o axioma matemático.

Ora, a contribuição de Guerreiro em relação às ciências sociais e à sociologia, em particular, é precisamente no sentido de mostrar que, se é verdade que há aspectos axiomáticos nas ciências sociais que têm uma universalidade evidente, da mesma maneira que se pode falar de uma óbvia universalidade da matemática, a diferença que existe entre uma construção meramente eidética, comum em matemática, e as formulações de uma ciência como a sociologia é que esta é uma compreensão de sociedades reais, com seu processo real, com sua intencionalidade específica. Assim sendo, ademais de alguns aspectos axiomáticos que constituem o cerne abstrato da ciência, necessário para qualquer formação científica, é preciso introduzir na sociedade a perspectiva da realidade, vista a partir de um certo ângulo, em função de uma certa situação.

Esse perspectivismo, esse ângulo da situação — Guerreiro insistiu em toda a sua vida — era fundamental para a validade da transposição, da contribuição internacional para a formação de uma sociologia brasileira autêntica. E é verdade que ele conseguiu essa transposição, essa redução sociológica — utilizando o título daquilo que eu considero, como muitas outras pessoas (estava conversando nesse sentido com meu amigo Clóvis Ramalhe, antes de começar a reunião), o maior livro de Guerreiro. Ele exprime não apenas um nível de excelência, a teorização da redução sociológica, como a metodologia que comandará toda obra de Guerreiro Ramos. Ele faz de Guerreiro Ramos o grande redutor sociológico. O homem que, a partir de uma vivência da sua situação social, nacional e cultural, compreende o mundo desde uma perspectiva própria.

Esta é a recuperação da obra de Guerreiro para a qual eu creio que este seminário significa apenas um momento de demarragem. É algo que não podia deixar de acontecer.

Sabemos todos que os autores de um modo particular de pensamento estão sujeitos a um processo relativamente inevitável: ao homem vivo, que está em plena elaboração, se segue um certo silêncio, no momento imediatamente posterior ao seu falecimento. É aquela pausa em que a obra começa a sedimentar, independentemente da intervenção do seu criador, e em função de seu mérito inerente, da sua própria densidade.

A obra de Guerreiro está vivendo esse momento. Tivemos a infelicidade de perdê-lo numa fase de alta criatividade, ainda relativamente novo, vítima de uma moléstia que pode atacar em qualquer idade. Essa circunstância nos obriga a extrair as últimas conseqüências de sua final culminação — uma obra que ele anuncia bastante no seu último livro: *A nova ciência das organizações*. Ocorreu, infelizmente, em certo sentido, que esse livro, em que ele investe a sua meditação mais madura, é um livro especializado e orientado para a ciência das organizações. Sem embargo da excelência com que a matéria é tratada nesse aspecto particular, o *background* de categorias e de informações que habita esse livro indica que estava se maturando, na cabeça de Guerreiro, um segundo momento daquilo (o primeiro do qual foi *A redução sociológica*) que seria o esboço de uma sociologia compreensiva, que resintetizasse o pensamento sociológico da década de 80, a partir dessa enorme fidelidade de Guerreiro à idéia da perspectiva, a partir de uma situação social e histórica particularmente definida.

A obra de Guerreiro, a meu ver, é uma obra marcante na história do pensamento brasileiro. Está vivendo, como dizia a vocês há um momento, aquela primeira fase que marca a obra de um autor que acaba de desaparecer, que é a da sua sedimentação sobre seus próprios fundamentos. É nesse sentido que me

parece muito oportuno que iniciemos sua reapreciação aqui, na Fundação Getúlio Vargas, uma casa de que Guerreiro tanto gostava e que se comportou também tão admiravelmente bem com ele e, com grande elegância e bravura cívica, sustentou o Guerreiro cassado contra o obscurantismo militar, na fase difícil. É com satisfação que ora venho proclamar publicamente esta bela tradição da Fundação Getúlio Vargas, desta casa que protegeu Guerreiro Ramos quando precisou de apoio e à qual ele deu tanto da sua vida e tanto do seu interesse. Assim, voltando à obra de Guerreiro, o primeiro momento de sedimentação dessa obra é esta discussão que estamos agora iniciando e que será extremamente útil. Esse momento será seguido de outros, de fases críticas, de fases de contestação e o final disso ninguém pode prever. Eu, no entanto, me arrisco a dizer que a obra de Guerreiro será, na sociologia brasileira, um marco fundamental: aquele que exprime o momento em que a sociologia brasileira adquiriu consciência crítica, que nem era paroquial, porque estava aberta ao universal, nem era epigonal, porque foi capaz de trazer a contribuição da cultura universal para uma perspectiva própria.

Guerreiro — sem desfazer da importância de homens como Gilberto Freire que, dentro da sua geração, algo fez de semelhante — é, entretanto, uma consciência crítica da condição interna do sociólogo e nesse sentido é o primeiro sociólogo genuinamente brasileiro.

A partir desta modestíssima e breve homenagem que presto ao nosso caro Guerreiro, tenho o prazer de dar início ao nosso debate, dando a palavra à Prof.^a Alzira Abreu.

*Prof.^a Alzira Alves de Abreu** — Para discutirmos o pensamento de Guerreiro Ramos sobre o desenvolvimento temos necessariamente que falar do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (Iseb) instituição criada em julho de 1955 no Ministério da Educação e Cultura e integrada por um grupo de intelectuais que se organizou com o objetivo de influenciar decisões de poder relativas à orientação do desenvolvimento brasileiro.

Os intelectuais que criaram o Iseb — Guerreiro Ramos, Helio Jaguaribe, Cândido Mendes de Almeida, Roland Corbisier e outros — já vinham de outras experiências.

O Grupo Itatiaia reunia informalmente intelectuais do Rio e de São Paulo, isso a partir do ano de 1952, com a finalidade de estudar os problemas políticos, econômicos e sociais do Brasil, à luz da sua inserção no contexto internacional e formular, a partir desses estudos, soluções para a sociedade brasileira. Em seguida, esse núcleo formalizou a sua atuação através da criação do Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política (Ibesp), entidade privada que divulgava suas idéias através de cursos, conferências e da publicação de uma revista *Cadernos do Nosso Tempo*; a partir da ação desenvolvida pelo Ibesp, o grupo constituiu o Iseb no interior do aparelho de Estado.

Guerreiro Ramos participou do Grupo Itatiaia, do Ibesp e do Iseb até 1958.

Nosso interesse é o de sintetizar as idéias de Guerreiro Ramos e dos isebianos e verificar de que modo eles procuraram influenciar os centros de tomada de

* Pesquisadora em história do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), da Fundação Getúlio Vargas. (Endereço da autora: Praia de Botafogo, 190 — sala 1.212 — 22253 — Rio de Janeiro, RJ.)

decisão a fim de introduzirem suas idéias e valores. Procuraremos também responder à seguinte questão: por que o projeto de um desenvolvimento nacionalista, tal como foi formulado dentro do Iseb, não se converteu em orientação geral para o desenvolvimento brasileiro? Na medida em que se mostraram inoperantes os procedimentos utilizados para levar aos centros de decisão as suas idéias e valores, ou seja, através da influência sobre a burocracia civil e militar por meio de cursos e conferências, houve uma crise e rutura dentro do Iseb quando deixaram a instituição Guerreiro Ramos, Helio Jaguaribe e outros, em 1958 e, a partir daí, o Iseb se aliou a outros grupos, que se encontravam na periferia do poder, e passou a utilizar a mobilização e a pressão como meio de influenciar as decisões relativas ao desenvolvimento brasileiro.

O Iseb foi um dos centros mais importantes de elaboração da ideologia que se convencionou chamar de “nacional-desenvolvimentista”. Esta ideologia marcou todo o processo político brasileiro do início da década de 50 até a queda do governo Goulart, em 1964.

Os intelectuais que constituíram o Iseb se apresentavam como interessados em acelerar o processo de desenvolvimento e, ao mesmo tempo, garantir o controle, por nacionais, das decisões econômicas principais. Para tanto pretenderam falar em nome da “burguesia industrial nacional”, atribuindo a ela ou tentando convencê-la a assumir a liderança do processo político e desempenhar o papel de responsável pelas diretrizes político-econômicas a serem dadas à sociedade. Desenvolvimento e nacionalismo são os temas básicos de toda a elaboração teórica do Iseb.

A política do desenvolvimento brasileiro, de acordo com Guerreiro Ramos e os isebianos, só comportava uma opção; teria que ser nacionalista, condição para a constituição de um estado autônomo. O desenvolvimento para Guerreiro Ramos só tinha sentido quando se referia ao homem, à população: quando, através da alteração positiva na quantidade e qualidade do consumo de bens e serviços da população, se garantia o “aumento do que constitui para o homem o bem terreno por excelência, a vida, e ainda a erradicação das doenças que constituem a seqüela da miséria”.¹

Para Guerreiro Ramos o nacionalismo significava a luta dos povos periféricos para alcançarem a sua plena soberania e libertarem-se da condição colonial. Dizia ele: “a efetiva soberania é atributo histórico adquirido pelas coletividades, mediante luta, audácia e iniciativa. O nacionalismo é a reivindicação essencial que fazem hoje os povos que não se encontram ainda em pleno gozo de sua soberania”.²

Os antagonismos essenciais da sociedade brasileira, na perspectiva de Guerreiro Ramos, eram aqueles que se exprimiam na polaridade “estagnação” e “desenvolvimento” representados por classes sociais de interesses conflitantes, e ainda “nação e antinação, isto é, um processo coletivo de personalização histórica contra um processo de alienação”.³

Guerreiro Ramos estabelece a distinção entre “universalistas”, povos que já alcançaram plenamente a sua soberania e “nacionalistas”, aqueles que lutavam por alcançá-la. O nacionalismo seria um meio para os povos ingressarem no

¹ Guerreiro Ramos, Alberto. *O problema nacional do Brasil*. Rio de Janeiro, Saga, 1960. p. 109.

² Id. *ibid.* p. 225.

³ Guerreiro Ramos, Alberto. *A redução sociológica*. 2. ed. Rio de Janeiro. Tempo Brasileiro, 1965. p. 53.

nível universalista. Dessa forma, o nacionalismo seria comum a todos os povos periféricos, embora apresente peculiaridades próprias a cada um deles.⁴

No caso do Brasil, Guerreiro Ramos indicava que o nacionalismo se apresentava naquele momento como o movimento de emancipação e era essencialmente popular.⁵

Para Guerreiro Ramos e os intelectuais do Iseb, a política de desenvolvimento nacionalista introduziria mudanças no sistema político, determinando a substituição das antigas elites dirigentes do país. A estrutura econômica desenvolvida teria que se apoiar em uma nova liderança política. Segundo a perspectiva de alguns intelectuais desse grupo, como Helio Jaguaribe, Roland Corbisier, Nelson Werneck Sodré, caberia à burguesia industrial nacional liderar o processo de desenvolvimento industrial; segundo outros, a liderança caberia às "massas". Guerreiro Ramos, ao contrário de Helio Jaguaribe, mostrava-se pessimista quanto às possibilidades de a burguesia industrial nacional vir a desempenhar o papel de líder no processo de desenvolvimento. A burguesia industrial era a classe dominante sem, no entanto, ser dirigente. Para que ela se tornasse verdadeiramente dirigente, segundo Guerreiro Ramos, precisaria adquirir "a consciência das necessidades orgânicas da sociedade, na fase em que se encontrava o seu processo. O que define a classe dirigente, portanto, é a consciência entre a sua compreensão subjetiva e o sentido objetivo imanente ao processo que a sustenta no poder".⁶

O Brasil, como indicava Guerreiro Ramos, sofrera grandes transformações: de um país essencialmente agrícola, quanto à composição da renda nacional, passara a ser predominantemente industrial. Ocorre que a nova classe que se formou com a mudança, isto é, a burguesia industrial, ainda não tivera tempo de amadurecer ideologicamente.⁷

Ainda aponta outros fatores para explicar o comportamento da burguesia, dentre eles a simultaneidade de fases, isto é, no Brasil "o latifúndio e seus beneficiários continuavam vigorosos na mesma época em que estava longe de terminar-se a revolução comercial e se encontrava em plena elaboração um parque industrial. Essa simultaneidade de fases diferentes teria impedido o surgimento de uma burguesia industrial capaz de exercer plenamente um papel revolucionário pois, para tanto, deveria estar livre das dependências que a vinculam às seções capitalistas mais antigas".⁸ Outro fator que vinha impedindo o amadurecimento ideológico da burguesia industrial era a característica mesma da revolução industrial nos países periféricos. Essa se dava numa época em que outros países já haviam estabelecido seus parques manufatureiros, situação que lhes dava capacidade de penetração no emergente capitalismo, sob a forma de colaboração econômica, financeira e técnica. Nessas condições as burguesias industriais nascentes, como no caso brasileiro, viam-se estorvadas e inibidas na formação de sua consciência de classe sem a qual não poderiam tornar-se verdadeiros dirigentes do processo. Desse modo, concluía Guerreiro Ramos: "Tudo parece mostrar que, no Brasil, não se está formando uma burguesia capaz de ter a iniciativa de uma revolução nacional".⁹

⁴ Guerreiro Ramos, Alberto. *O problema nacional do Brasil*. op. cit. p. 225-6.

⁵ Id. *ibid.* p. 227.

⁶ Id. *ibid.* p. 25.

⁷ Id. *ibid.* p. 26.

⁸ Id. *ibid.* p. 236.

⁹ Id. *ibid.* p. 237.

Quanto à classe média, Guerreiro Ramos destacava aquela parcela que se vinha formando com a industrialização. Esses setores poderiam desempenhar um papel relevante na vanguarda das lutas sociais.¹⁰

A classe trabalhadora era “portadora de mais vigorosa consciência dos seus interesses...”¹¹ Atribuía a esta classe a “função de dirigente por excelência do processo histórico-social”.¹² “O povo, constituído majoritariamente pela classe trabalhadora, exerceria a função de dirigente político do processo histórico-social, de forma indireta, por intermédio de sua vanguarda”.

Helio Jaguaribe, em sua análise sobre o nacionalismo brasileiro, indicava que após a Revolução de 30 ocorrera uma mudança na estrutura social do país de modo a determinar o aparecimento e a importância de outros grupos sociais. De um lado existiam os setores estáticos e parasitários, representados pelas classes ligadas ao antigo regime produtivo, favoráveis a uma política econômica liberal, no sentido de reforçar o setor primário da economia. Em oposição encontravam-se as novas forças ligadas ao desenvolvimento industrial. Estas aspiravam uma política de dirigismo nacional; eram favoráveis à industrialização. Essas novas classes pretendiam assumir uma posição de liderança, no âmbito interno do país. O nacionalismo corresponderia a uma aspiração do “setor mais dinâmico da burguesia, empenhado na revolução industrial”.¹³

A burguesia industrial brasileira deveria conquistar a liderança sobre as demais classes sociais, mobilizando os setores dinâmicos da classe média e do proletariado visando a transformação econômico-social. Sob a liderança da burguesia industrial seria possível a instauração do capitalismo brasileiro dentro de uma política de “maior compatibilidade possível com as exigências de democracia social e de massa”,¹⁴ assim como, sob a liderança da burguesia industrial, seria possível a rápida liquidação do regime colonial.

Quanto ao capital estrangeiro, Guerreiro Ramos indicava que era necessário neutralizar o seu efeito expropriador e impedir que ele tomasse dimensões capazes de comandar as alavancas do sistema econômico.

Esta apresentação muito sumária corre o risco de tornar demasiado esquemáticas as idéias dos isebianos e de Guerreiro Ramos, mas nosso objetivo é o de concluir que os intelectuais do Iseb não conseguiram influenciar de modo efetivo os centros de elaboração da política de desenvolvimento para a aceitação de seu projeto, assim como não participaram da formulação dos planos e projetos que definiram o rumo de desenvolvimento brasileiro no período de Juscelino Kubitschek. Esse fato vai determinar mudanças internas no Iseb com a crise e ruptura de 1958, que levou à alteração dos seus estilos de ação. As posições divergentes de Guerreiro Ramos e Helio Jaguaribe determinaram a crise de 1958 e a conseqüente mudança nas formas de ação.

O início da década de 50 apresentou mudanças significativas na estrutura produtiva do país. A dinâmica do processo de substituição de importações determinou uma maior diversificação da atividade produtiva, em especial da indústria, o que suscitou o problema do suprimento de bens intermediários e de bens de capital. No momento em que a industrialização ingressava na fase de produção

¹⁰ Id. *ibid.* p. 238-9.

¹¹ Id. *ibid.* p. 238.

¹² Id. *ibid.* p. 229.

¹³ Jaguaribe, Hélio. *Nacionalismo na atualidade brasileira*. Rio de Janeiro, MEC/Instituto Superior de Estudos Brasileiros, 1958. p. 35.

¹⁴ Id. *ibid.* p. 99.

de bens intermediários e de bens de capital, a própria continuação desse processo passou a exigir grande acumulação de capitais e novas técnicas produtivas. É em função da solução a dar a esses problemas que, em grande parte, se verificou um realinhamento de posições em relação à política de desenvolvimento por parte dos técnicos da administração, dos intelectuais, dos industriais e dos militares, principalmente entre aqueles que vinham desde o final do Estado Novo debatendo as questões ligadas ao desenvolvimento brasileiro, liderados por Roberto Simonsen.

A participação de capitais e de tecnologia estrangeira, no nosso desenvolvimento, tornou-se um dos pontos centrais da clivagem de posições.

As transformações que tiveram lugar na estrutura econômica resultaram, em parte, de ampla intervenção do Estado, que passou a encarnar o Estado empresarial, voltado para a planificação do desenvolvimento. Isso passou a exigir quadros com uma formação técnico-científica. Nesse contexto houve um deslocamento na escala da influência dos intelectuais de formação essencialmente humanístico-jurídica em benefício da ascensão dos *experts*, dos tecnocratas, quando da elaboração da política de desenvolvimento. A importância desses técnicos não se restringiu à elaboração de planos, à indicação de soluções “racionais” para os problemas econômicos: estendeu-se à própria reorganização do aparelho estatal, no sentido de sua dinamização e modernização.

Os intelectuais do Iseb tinham uma formação essencialmente humanístico-jurídica. Com algumas exceções, seus membros não detinham um “saber” técnico que o processo rápido de desenvolvimento começava a exigir como condição a todos que pretendiam credenciar-se para participar dos conselhos do governo na formulação da política do desenvolvimento.

Os integrantes do Iseb, embora mantivessem ligações com a nova tecnocracia, a rigor não a integravam.

Os intelectuais do Iseb foram ultrapassados pelo rápido processo de desenvolvimento, quanto ao tipo de contribuição que poderiam dar na elaboração de programas de governo. Essa explicação relacionada à mudança de escala de competências, caracteriza os atores, mas evidentemente não é suficiente para explicar o insucesso dos objetivos que os membros do Iseb se haviam atribuído. Um dos determinantes na explicação desse insucesso está ligado à defasagem entre o momento em que o Iseb explicitou o seu projeto de desenvolvimento nacionalista e à fase que atingira o desenvolvimento industrial brasileiro. A oportunidade de uma alternativa nacionalista parecia não mais existir quando o Iseb se organizou e iniciou suas atividades.

A estratégia de desenvolvimento elaborada pelo Conselho de Desenvolvimento — do qual participavam, entre outros, o engenheiro Lucas Lopes, o economista Roberto Campos, Glycon de Paiva — o chamado *Plano de Metas*, significou a consolidação da política de “cooperação internacional” no campo econômico, político e cultural. Para esses técnicos, a cooperação internacional era a condição essencial para que o país superasse o subdesenvolvimento. Somente através da obtenção de recursos externos, seja sob a forma de investimentos diretos, financiamentos ou empréstimos, seja através da técnica, seria possível acelerar o crescimento econômico.

Desse modo, enquanto o grupo de tecnocratas que assessorava Juscelino Kubitschek formulava o projeto desenvolvimentista, baseado na cooperação internacional, o que significava o deslocamento do controle das decisões funda-

mentais para os grupos sociais identificados com o capitalismo internacional, os intelectuais do Iseb formulavam um projeto baseado essencialmente na pre-eminência e controle, por parte dos nacionais, do processo de desenvolvimento.

Inicialmente, os integrantes do Iseb não perceberam a política econômica de Juscelino Kubitschek como em contradição com as idéias que eles vinham formulando e divulgando, mas foi exatamente a partir do ano de 1958 que ficou mais claro que a política de Kubitschek era “desenvolvimentista”, mas não nacionalista, ao menos como a concebiam os isebianos.

Guerreiro Ramos iniciou um questionamento quanto a orientação, posição e papel que deveriam ser dados ao Iseb. Defendia para o Iseb uma atuação direta ao lado da burguesia industrial, classe trabalhadora e estudantes, na luta por suas reivindicações. Considerava que o Iseb deveria atuar como um grupo de pressão através da mobilização de massa. Contra essa posição se colocava Jaguaribe que defendia que o Iseb deveria atuar como agência de cultura, preocupado com a elaboração de estudos sobre a realidade brasileira, e que o órgão deveria ser um dos centros formadores das elites dirigentes do país. Recusava o envolvimento do órgão na luta política partidária.

Ao eclodir a crise no final de 1958, deixaram o Iseb tanto Guerreiro Ramos como Helio Jaguaribe e a orientação que prevaleceu principalmente a partir de 1960 foi a de adesão à ação de mobilização política e a aliança do Iseb com outros grupos — estudantes, Frente Parlamentar Nacionalista, Partido Comunista Brasileiro, etc., convertendo-se em um grupo de pressão.

Prof. Helio Jaguaribe — A segunda parte deste seminário será dedicada a uma intervenção dos membros da mesa, a cada um dos quais eu darei 10 minutos para um comentário sobre a interessante apresentação da Prof.^a Alzira, e considerações próprias que tenham a propor sobre a obra do nosso Guerreiro.

Em seguida, gostaria de abrir o debate para os participantes, apenas solicitando que, para fins de melhorar a compreensão, sirvam-se do microfone, para tornar audível a sua participação.

A nossa sessão deverá acabar, segundo instruções da casa, às 12 h. Quero também, desde já, anunciar aos participantes que a Fundação Getúlio Vargas retomará o ciclo de estudos sobre Guerreiro Ramos, na tarde de hoje, às 14 h, neste mesmo local.

Os membros da mesa que vão participar são pessoas conhecidas da assistência; apenas, em atenção ao que me foi solicitado, farei uma brevíssima referência a cada um deles: Ignacio Rangel, autor da *Teoria de recurso social da economia brasileira* — obra que continua válida até hoje, dispensa apresentação; foi o grande teórico do BNDE e é hoje um nome que tem uma profunda repercussão em nossa economia; Bolívar Lamounier, um dos mais distintos cientistas políticos do nosso país, dirige hoje um instituto de grande capacidade de iniciativa e promoção de trabalhos e estudos econômicos, políticos e sociais e também é autor de uma obra no campo da ciência política que todos conhecemos e admiramos; Clóvis Brigagão, que se encontra atualmente no Centro de Estudos Afro-Asiáticos do Conjunto Universitário Cândido Mendes e é um dos importantes valores novos da ciência política, que foi formado pelo Iuperj e a Prof.^a Vanilda Paiva, socióloga e que trabalhou na Unicamp e na Fundação João XXIII.

Feita esta rápida apresentação, vou pedir inicialmente ao Prof. Rangel que dê início à sua contribuição, utilizando os 10 minutos previstos para cada fala.

Prof. Ignacio Rangel — A análise da personalidade de Guerreiro Ramos — muito rica, muito complexa — não seria possível esgotar, muito menos em 10 minutos. Assim, procurei dar um depoimento limitado, correspondente a minha experiência particular com Guerreiro Ramos.

Nós nos encontramos, em 1953, em dois lugares diferentes: na Assessoria do Presidente Vargas, onde trabalhávamos, ele e eu, e no Ibsp (Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política, mais conhecido como o Grupo de Itatiaia) e que viria a ser o germe do Iseb, no qual vivemos outra fase da nossa vida.

Meu primeiro encontro com Guerreiro foi — como o segundo, o terceiro e todos os encontros — polêmico. Quando o conheci, Guerreiro estava encantado com a idéia da pseudomorfose, tomada a Spengler e, com essa categoria, julgava ser possível identificar e explicar mais coisas do que a mim me parecia, em nossa vida nacional. Manifestei minhas reservas, e ele, com a abertura que lhe era característica, pediu-me que lhe fizesse uma carta, dizendo minha crítica. Fi-lo e, para minha surpresa, fui encontrá-la, em forma de artigo, na primeira página do *Diário de Notícias*, no qual ele colaborava então. Pela primeira vez havia visto à luz, sob o título Pseudomorfose e duplicidade, a teoria da dualidade brasileira, na qual continuo a trabalhar, passados 30 anos.

Depois, ao prefaciар meu primeiro livro, *A dualidade básica da economia brasileira*, ele relata esse fato e, de certo modo, faz uma autocrítica de sua posição anterior.

Nossa convivência, no Iseb e no Ibsp, deve ser vista como parte de um pacto coletivo. Esses eram lugares onde nos encontrávamos — um grupo de homens extremamente diferentes uns dos outros. E que tínhamos precisamente essa coisa em comum: éramos todos muito diferentes uns dos outros e, por isso mesmo, nos reuníamos.

Havia, entre nós, uma regra não escrita de convivência: eu e Guerreiro, por exemplo, éramos homens da arena, sempre dispostos à luta aberta. Mas, entre nós, havia alguém que sabia, no momento oportuno, sair da arena, olhar para ela em perspectiva, e dizer, em poucas palavras, coisas que, afinal, resumiam e concluíam nosso debate. Porque sabia dizer, depois de um debate, durante o qual todos nós estávamos convencidos de que nossas posições eram antagônicas, coisas que procuravam reformular nosso pensamento coletivo, fazendo com que aceitássemos aquela reformulação como nossa própria. Refiro-me ao nosso moderador de hoje, Helio Jaguaribe, o melhor *chairman* que conheci em minha vida, um homem capaz de fazer uma reunião operar, funcionar, concluir. Não há muitos homens assim.

Achávamo-nos num momento fantástico daquela década, no ano de 1953. Tinha começado a tornar-se claro que, ao contrário do que nós, os revolucionários dos anos 30 e 40 — os marxistas, como também os antimarxistas, os varguistas e os antivarguistas como, em posições diferentes, éramos, Guerreiro e eu — pensávamos, em vez de estarmos caminhando para uma situação de “quanto pior melhor”, esperando por uma revolução que conceituávamos diferentemente, mas que devia acontecer amanhã ou depois de amanhã, o Brasil e o mundo, e o Brasil antes do mundo, havíamos entrado num período de prolongado desenvolvimento. Justamente esse fato — o fato hoje conhecido e expresso pela circunstância de que o Brasil, entre 1938 e 1978, expandiu sua produção industrial em 21 vezes (a mais elevada expansão de todo o mundo capitalista) — foi que fez com que nós, homens da esquerda, mas também da direita, entrássemos numa crise de consciência. Sentimos que era preciso retomar o debate

interrompido completamente, 10 ou 20 anos antes. Nossas posições, quer nos houvéssimos movido para a esquerda, quer para a direita, haviam-se congelado e eram inconciliáveis. Aqueles que, por este ou aquele motivo haviam fixado sua posição, não tinham como dialogar com os outros. Com o Iseb e, antes deste, com o Ibesp, sob a presidência de Jaguaribe, esses homens, homens dessas cepas, voltaram a se encontrar.

Era mister homens especiais para fazer isso, porque, na realidade, estávamos reatando, reencetando o diálogo interrompido e no qual pouco depois, o país inteiro estaria envolvido. Nós apenas começamos o diálogo em que o país inteiro se encontrou a si mesmo, em que encontrou a maneira de ser revolucionário, sendo conservador, fato que inspiraria as meditações de Paulo Mercadante, o autor de *A consciência conservadora do Brasil*.

Era justamente essa coisa que alguém teria que começar e nós tivemos a hora de fazê-lo. Nosso papel não foi propriamente o de influência junto ao poder. Fizemos, isso sim, a nação, a sociedade civil, como hoje se diz, pensar. Depois, como economista do BNDE, viajei pelo país inteiro e, muitas vezes, encontrava, em pequenos lugares do interior do Maranhão, de São Paulo, de Alagoas, núcleos constituídos, que guardavam com carinho a coleção dos nossos livros do Iseb, inclusive os meus e os de Guerreiro, já gastos de tanto manuseio, e que falavam da “filosofia do Iseb”, coisa que, para mim, era difícil de conceituar, porque o que eu sabia era que o Iseb não tinha filosofia, a não ser esta, isto é, o fato de que era um foro aberto para todos. Nessa situação, a atuação de Guerreiro Ramos foi extremamente fecunda, pela sua abertura, pela capacidade de ouvir, de participar do debate, de ajudar a construir, inclusive posições que não eram as suas. Era um homem de grande disciplina mental, que ajudava os outros a pensar.

Ajudou-me enormemente, especialmente na seara em que então trabalhava, o problema da dualidade básica. Ele não exagerou absolutamente, nem um pouquinho, quando disse, no prefácio ao meu livro, que se sentia um pouco autor daquela obra. Não exagerou porque, quando o conheci, vinha de uma situação singular, em que, em São Luís do Maranhão, ao longo de dois anos de prisão e sete de domicílio coacto (como hoje se diz e então se fazia sem dizer), sem livros para ler, sem muitos interlocutores válidos, eu estivera pensando e, ao fazê-lo repisava conceitos que julgava que os outros tivessem o dever de entender sem muitas palavras. Foi Guerreiro quem me mostrou que não, que aquelas coisas eram novas e deviam ser demonstradas, provadas.

Esta foi uma enorme contribuição. Mas o tempo é breve e devo, por hoje, ir parando por aqui. Basta dizer que, apesar de várias vezes nos termos engalfinhado em dura luta, ou por causa disso, travamos um diálogo fecundo e bom, especialmente considerando que, nos momentos álgidos, lá estava o nosso moderador... para moderar.

Prof. Helio Jaguaribe — Muito obrigado, Rangel, inclusive pelas referências simpáticas a meu respeito. Dou agora a palavra ao Prof. Bolívar Lamounier.

Prof. Bolívar Lamounier — Eu quero, inicialmente, agradecer o convite para participar deste debate.

Quereria assinalar, de início, que o pensamento de Guerreiro Ramos a respeito do desenvolvimento, não sendo um pensamento extremamente elaborado en-

quanto análise econômica do desenvolvimento — refiro-me aqui ao pensamento da fase dos anos 50 — deve ser caracterizado, antes de mais nada, como uma tentativa de discernir condições políticas e institucionais que pudessem conduzir o Brasil a um desenvolvimento autônomo. Esse desenvolvimento deveria ser de caráter nacionalista, apoiado num poder público centralizado, imune a pressões de natureza clientelista e à influência exagerada de elites tradicionais.

Esse núcleo de idéias, compartilhado por outros membros do Iseb e amplamente difundido no Brasil, na época, tem como pressuposto que só ao serem alcançadas essas condições poderia o governo brasileiro realizar uma política de desenvolvimento que não sofresse distorções na alocação de recursos, nas decisões básicas a respeito do padrão desse desenvolvimento. Esse núcleo de idéias é abordado por Guerreiro Ramos, como disse, do ângulo das condições político-institucionais e estas, por sua vez, freqüentemente sofrem uma inflexão no sentido de serem pensadas as diretrizes que os partidos brasileiros deveriam assumir para implantar esse desenvolvimento.

Essas são as idéias básicas, talvez, da primeira fase da reflexão de Guerreiro Ramos sobre o problema do desenvolvimento.

Num período mais recente, que infelizmente conheci muito menos, porque estava ele nos EUA (então o contato era menor e muitas vezes tomei conhecimento de suas idéias através de matérias jornalísticas, sem querer dizer com isto que elas fossem superficiais), Guerreiro Ramos voltou-se para uma concepção muito mais abrangente do desenvolvimento. Uma concepção na qual as fronteiras nacionais perdiam um pouco da sua saliência e o desenvolvimento passava a ser concebido e criticado naquilo que ele contém de *ideologia modernizante*. Passava a ser concebido numa dimensão planetária. Nessa dimensão, os problemas da inter-dependência nas políticas adotadas pelos governos nacionais hoje existentes, o problema dos custos do desenvolvimento em termos de dano ecológico, de desperdício de recursos, e assim por diante, passaram a assumir uma posição central.

Nessa fase, a metodologia, digamos assim, de Guerreiro Ramos foi, a meu ver, fundamentalmente uma crítica ao conceito de modernização, de crescimento industrializante, e mesmo de desenvolvimento tecnológico, que ele via (chego a dizer textualmente) como a ideologia dominante no mundo ocidental desde Adam Smith. Trata-se, portanto, de um arco bastante amplo de crítica ao pensamento econômico e tecnológico que presidiu ao desenvolvimento industrial do capitalismo e mesmo das economias socialistas (ou que se autoproclamam socialistas).

O que eu gostaria de dizer a respeito dessas duas idéias, como reação para estimular o debate, é que ambas foram criticadas, talvez por terem sido formuladas de maneira às vezes um tanto absolutista e veemente por Guerreiro Ramos. Guerreiro Ramos era um militante, um homem que tomava partido, que defendia suas idéias de maneira enfática. Ele queria participar e influenciar o debate público. Então, numa leitura mais serena, passados 20 ou 30 anos, é possível que algumas formulações sejam, de fato, um tanto unilaterais e enfáticas em excesso.

Mas, o que eu gostaria de manifestar como estímulo neste debate, como provocação, pelo menos, é que, no meu entender, descontado o eventual exagero, eram idéias fundamentalmente corretas porque de fato eu não consigo ver como um debate político sério no Brasil possa ser travado sem levar em conta, de maneira central, a idéia de desenvolvimento. O Brasil não é, pela sua estrutura

econômica, demográfica, social e cultural, um país que possa ser considerado como tendo alcançado um estado estacionário. Nós não vivemos na Escandinávia.

O problema do desenvolvimento é um problema central. E, de fato, para que se imprima ao desenvolvimento uma orientação racional, em proveito dos interesses majoritários do país, faz-se necessário um poder público forte. De preferência, que seja forte por ser legítimo. Mas é bastante certo que um determinado grau de centralização do poder público é condição necessária, ainda que não seja condição suficiente, para que o desenvolvimento seja melhor orientado.

Ora, esse núcleo de problemas foi, a meu ver, o cerne da atenção de Guerreiro Ramos, quando ele denunciou, por exemplo, a falta de programas consistentes nos partidos, ou o excesso de clientelismo, o peso exagerado que certas oligarquias tinham na estrutura federativa brasileira, e assim por diante.

Acho que uma revisão crítica, detalhada e meticulosa da obra de Guerreiro Ramos, dessa época, talvez da obra do próprio Iseb, talvez de todo o pensamento político brasileiro da década de 50, deveria examinar se são satisfatórios os pressupostos da análise política subjacente a esse modelo. É possível que nós não tenhamos aprofundado suficientemente no problema de como esse círculo vicioso seria rompido. Nós precisávamos centralizar o poder público; precisávamos que fosse legítimo, mas talvez não pudéssemos fazer isto utilizando os mecanismos representativos partidários, existentes naquele momento. Nesse sentido, não é difícil entender porque algumas correntes se inclinavam francamente para soluções ditatoriais, enquanto outras, em nome do liberalismo, inclinavam-se francamente para soluções totalmente reacionárias, que desconheciam o problema do desenvolvimento e da equidade social que se impunha. Estes eram dilemas políticos efetivamente presentes naquele momento, na nação brasileira. E são problemas que se tornam mais agudos se nós os trouxermos para uma reflexão à luz do que chamei a *segunda fase* de Guerreiro Ramos, porque aqui, efetivamente, nós encontramos certos complicadores. No momento atual, nós podemos perceber de maneira muito mais nítida que havia, no pensamento daquela época, um otimismo exagerado de que o crescimento econômico e a industrialização *naturalmente* resolveriam certos problemas e *naturalmente* criariam legitimidade para o Estado. Que *naturalmente* enfraqueceriam certas oligarquias, e que *naturalmente*, ao fortalecer-se, o Estado poria em prática medidas políticas dotadas de maior racionalidade. Essas premissas não são verdadeiras. Acho mesmo que nem todos acreditavam que elas fossem verdadeiras, nos anos 50. Mas não eram problemas naquele momento, colocados de maneira tão aguda como hoje, quando nós temos um poder público extremamente centralizado e uma economia infinitamente mais modernizada, no sentido dado a este termo por Guerreiro Ramos. Não obstante, hoje, os custos, as distorções do desenvolvimento, se manifestam de maneira dramática. Esses problemas tornam-se, obviamente, ainda mais sérios se nós considerarmos que hoje, da perspectiva de 1982, é plenamente ingênuo um pensamento que desconheça a interdependência internacional do desenvolvimento, que desconheça a interdependência em todas as suas formas, inclusive, como muito bem salientou Guerreiro Ramos, a dimensão efetivamente planetária dos problemas econômicos — hoje não se pode mais imaginar cada país, mesmo com as dimensões do Brasil, como uma unidade estanque.

Nesse sentido, o problema político subjacente à reflexão sobre o desenvolvimento, subjacente a essas idéias diretrizes que Guerreiro Ramos tentava formular recentemente em artigos no *Jornal do Brasil* é realmente dramático. Nós

hoje queremos crer que, através da redemocratização, da reformulação da vida política e institucional, estarão dadas as condições suficientes para um desenvolvimento mais racional. Mas, evidentemente, nós temos que evitar um otimismo à *outrance*, e temos que refletir sobre os mesmos dramas que se apresentaram no pensamento de Guerreiro Ramos nos anos 50. Nos textos de Guerreiro Ramos, há certa oscilação. Há momentos em que ele parece acreditar no modelo político-partidário clássico, competitivo, desde que houvesse certa reformulação programática dos partidos. Em outros ele parece quase francamente rejeitar esse modelo e acreditar num caminho, digamos assim, terceiro-mundista, de um movimento nacional fundado em organizações de massa, em quadros disciplinados que dessem legitimidade e vitalidade ao poder público. Não são coisas facilmente compatibilizáveis. Nunca foram e não são hoje. Esse dilema subjacente a sua análise precisa ser reexaminado para que seu pensamento, que se desenvolveu ao longo de todos esses anos, possa ser recuperado e atualizado no debate político atual no Brasil. Acho que são questões, hoje, tão urgentes e tão importantes quanto o eram nos anos 50. Muito obrigado.

Prof. Helio Jaguaribe — Muito obrigado ao Prof. Bolívar Lamounier. Dou a palavra ao Prof. Clóvis Brigação.

Prof. Clóvis E. G. Brigação — Em primeiro lugar, quero parabenizar a FGV e aos que organizaram esse simpósio pela sua oportunidade para que, juntos e num esforço inicial, possamos resgatar o pensamento e a obra de Guerreiro Ramos, um dos mais originais e afinados intelectuais deste nosso país que pôde exercer, aqui na EBAP, grande parte de seu trabalho acadêmico e de formador de uma geração de administradores. Para mim, pessoalmente, é um imenso prazer — e fico particularmente emocionado, pelas minhas ligações de amizade com Guerreiro Ramos — em tomar parte neste simpósio. Também fico grato em participar deste evento como ex-aluno do Curso de Graduação da Escola Brasileira de Administração Pública, que, infelizmente, parece estar encerrando suas atividades. A EBAP tem seu lugar de destaque na história do governo brasileiro e muito contribuiu, através de seus professores e dos que daqui saíram formados, para oferecer uma orientação e uma qualidade superior à administração pública brasileira.

Inicialmente, quero dizer que o sentido aqui dado ao simpósio de resgatar a obra de Guerreiro Ramos, oferece, por outro lado, uma oportunidade que quero aproveitar para dar um breve testemunho sobre o homem Guerreiro Ramos resgatando, em perspectiva, o Guerreiro Ramos intelectual, o amigo, o técnico, o político. Digo em perspectiva porque Guerreiro Ramos sempre esteve vivenciando todas as suas atividades em perspectiva. Não é hora, aqui, de fazer uma análise histórico biográfica de Guerreiro Ramos, até mesmo porque não tenho credenciais para tal trabalho, intelectualmente muito importante. O fato, porém, é que a sua trajetória foi marcada por um procedimento tanto existencial como intelectual muito bem definido, por um lado, ao tratar o Brasil de um ponto de vista muito especial, em seu desenho sociológico-crítico que ia muito além do contexto imediato; por outro lado, ao adotar uma metodologia que poderia ser reaplicável a muitas outras situações, num nível altamente refinado, aplicando a ciência social de uma maneira compreensiva, dialética e

heterodoxa, em que não importa tanto o “dado” histórico, mas a configuração teórica exploratória.

Guerreiro era um pensador incansável frente às contingências históricas e sociológicas refletindo, de maneira singular, o processo de desenvolvimento periférico, como em *A redução sociológica* ou no *Problema nacional do Brasil*, ou pensando a própria formação da sociologia desenvolvida na *Introdução crítica à sociologia brasileira*, que se trata já de uma obra clássica do pensamento nacional. A *Introdução* deveria ser um livro obrigatório para o conhecimento dos jovens estudantes universitários sobre a tradição do pensamento sociológico brasileiro. Urge, pois, reeditar a *Introdução crítica*, assim por diante, pois tudo que Guerreiro Ramos publicou — livros, artigos, ensaios e conferências — tem um valor inestimável para o patrimônio intelectual e cultural brasileiro. Guerreiro Ramos era, contudo, um crítico severo do ambiente brasileiro. Suas obras raramente foram mencionadas ao longo dos últimos anos, quer pelos acadêmicos de sua época, quer mesmo pelos que aí estão no mercado das idéias. Também suas obras ainda não foram reeditadas, inexplicavelmente, pois têm todas elas uma atualidade impressionante, quer do ponto de vista da *análise política conjuntural* (coisa rara entre nós), como pela contemporaneidade de suas questões essenciais. Guerreiro Ramos impressionava-se com o anacronismo cultural brasileiro:

“Tenho acompanhado o movimento de idéias (no Brasil). É certo que há um desejo de renovação e de maior seriedade. Mas a picaretagem e a falta de ética ainda são grandes. Não pode haver ciência sem regras éticas do jogo e competição. E sinto em muito do que se escreve aí o cheiro de panelinhas fechadas. E isso não leva ninguém para frente.

As polêmicas aí estão muito marcadas de paternalismo e de *pajeísmo*. Ontem o pajé era um, agora querem um novo oráculo. Enquanto não se discutir as idéias intrinsecamente, não porque são de fulano ou de sicrano, não atingiremos realmente o nível de seriedade” (Los Angeles, 20.3.68).

Tal advertência já fora feita por ele em *Crise do poder*, analisando os episódios de 1961 e a conduta da elite do poder e, muito especialmente, em *Mito e verdade da revolução brasileira*, onde critica o retardamento do pensamento e da ação da esquerda brasileira, levando-a a impasses nefastos, que hoje em dia começam a ser devidamente analisados pela nova literatura crítica. Guerreiro não se acostumava com essa idiotice por que passavam o pensamento e a ação da esquerda brasileira, em geral profundamente dogmática e autoritária.

Por isso Guerreiro Ramos viu-se enredado em tramas que atravessaram sua vida e dessas experiências ele escreveria:

“... o tempo se torna crítico. Tenho a impressão de que o Brasil de hoje é uma sociedade de lobos. A escassez de oportunidades é tão grande que cada um se defende de unhas e dentes como naufrago. O que admira é que há ainda disponibilidade para coisas como a música brasileira, fresca, saudável, vigorosa” (Los Angeles, 25.11.68).

Era a sua maneira de observar a realidade brasileira e rever os seus próprios parâmetros, assim como os personagens reais iam delineando os seus respectivos destinos. Nessa altura Guerreiro Ramos tinha um pressentimento de que poderia voltar, em um ou dois anos e novamente se via diante dessa opção de vida: “Tudo o que V. me conta me deixa curioso, algumas vezes apreensivo quanto ao Brasil que vou encontrar aí quando voltar. Cada dia para mim é uma batalha. Tem sido sempre assim desde que me entendo. Batalho aqui para recons-

truir-me. E, penso, o Brasil não será para mim lugar de descanso, quando voltar” (Los Angeles, 30.10.67).

Mas somente iria regressar ao país, anistiado, em 1979, depois de ter passado anos a fio nos EUA, sem sair de seu território, dando aulas e fazendo conferências por todos os *campi* americanos, distante, ouvindo e conversando, num longo período de amadurecimento, percebendo, ao mesmo tempo, tudo que ao seu redor se passava:

“Ao contrário do que muita gente pensa, vejo enorme potencial de saúde na vida americana. O povo daqui está dando-se conta de que a sociedade está doente. E a consciência disso é auspiciosa. Apesar desta e outras tragédias sou otimista. Mas, em toda parte, há que se pagar um alto preço pelo que vem aí de melhor. O fato é que forças novas se soltaram no mundo e enquanto a sua equação sociológica e institucional não for achada, elas se exprimirão violenta e espasmodicamente. No momento, percebo aqui em todo mundo um grande sentimento de culpa. Os melhores se perguntam: que posso fazer de mim mesmo para melhorar o ser humano?” (Los Angeles, 6.6.69).

Guerreiro Ramos continuava aceso, viajando à luz de fogueiras, intelectuais e vivenciais, glosando muitas vezes a si próprio, imagem de um fenômeno humano muito especial. Gostava de conversar e ouvir comentários e observações que lhe trouxessem um novo ângulo de algum problema e podia, assim, desenvolver algum outro aspecto, focalizar as questões em seus novos estudos sobre o comportamento humano, sobre a ação e a ciência das organizações, sobre a política brasileira. Aqui procurava delimitar o excesso de consumo, a abrangência ilimitada do mercado, reconsiderava ali a própria metodologia e os critérios científicos quer eles estivessem sendo desenvolvidos nos grandes centros da produção intelectual ou nas regiões periféricas. Agradava-lhe ultimamente tratar de temas como a felicidade, os novos meios de convivência e modos de vida alternativos, as relações entre o indivíduo e as formas de poder, etc. E nessa viagem “entre parêntesis”, Guerreiro Ramos permanecia fiel a si mesmo, concentrado, passando por crises de identidade, questionando-se (...)

“(...) minha vontade é largar tudo e dedicar-me à exploração de mim mesmo. Sinto os meus deveres de professor como uma prisão” (Los Angeles, 14.5.68)

Essa era a verdade para o Prof. Guerreiro Ramos que se achava muitas vezes incapaz de dar conta de sua responsabilidade como professor, tal sua extrema dedicação e a importância dada à tarefa pedagógica. Muitas vezes chamava alguns alunos, os mais chegados, para que o ajudassem a dar notas para toda a classe, pois, pelo conhecimento entre os próprios alunos, eles poderiam avaliar melhor o desempenho de cada um. E sempre ele dava melhores notas que as propostas por aqueles que convocava para essa “ajuda”. E enxergava a perplexidade de seus alunos, brasileiros, americanos ou de outros países por onde andou, sentindo que ensinar era uma tarefa árdua, às vezes fora de propósito, mas ali se sentia comprometido até o fundo em clarificar situações de todas as naturezas para seus alunos, amigos e parceiros.

“Se me fosse dado algum tempo para meditação (...) mas o sistema é mecânico e eu sou um parafuso. Tenho que observar os critérios mecânicos. Estou chateado” (Los Angeles, 14.5.68).

Daí retrair-se, entrar num período de nostalgia, buscar um lugar ideal, voltar aos seus hábitos, “doido para retornar à preguiça, à malemolência. Ao papo brasileiro” (Los Angeles, 14.5.68).

Guerreiro Ramos, deslocado de seu lugar natural, biográfico, trafegava, entretanto, como um homem de mudanças, diferente daquele que saiu daqui em 1965, num processo constante de aprendizagem, pesquisando os termos e os parâmetros com maior rigor e precisão. Ao mesmo tempo sentia, vivia e sofria, recordando os lugares que, em diferentes sentidos, afetaram a sua vida. E ela continuava para Guerreiro Ramos que, com ardor, regozijava-se com as coisas humanas e mergulhava em estudos de outras ciências, como sua investida na física teórica e nos estudos de seus autores mais expressivos, como Einstein, Heisenberg e principalmente Whithead. Talvez Guerreiro Ramos se ocupasse demasiadamente, mas recolhia com entusiasmo o que seus alunos e colegas (em sua fase de desterro) podiam oferecer-lhe no ambiente acolhedor da Universidade do Sul da Califórnia. Estava exultante porque ali ele recriava a sua atmosfera, sem marcações ou rancores e isso lhe agradava. Apesar disso sofria, “de doer o coração”, uma crescente tristeza do Brasil, de seus amigos, e de sua grei. “As vezes é de desesperar. Sonho noites seguidas e amanheço com dificuldades de articular-me com o real” (Los Angeles, 21.4.68).

De lá de fora acompanhava tanto os movimentos de idéias quanto os sociais e considerava tudo isso muito importante e excitante naquilo que se lhe apresenta como fonte de suas reflexões sobre as nossas possibilidades; Alberto para o que desse e viesse, me escrevia, pois o amanhã, para Guerreiro Ramos — parafraseando o *Evangelho* — “tomará conta de si mesmo”. E nisso não perdia tempo, afiava instrumentos e armas para não ser surpreendido despreparado, batalhando sobre novos estudos como o que iniciou em seu mais recente livro *A nova ciência das organizações*, cujo impacto e importância não mereceram uma análise mais profunda aqui entre nós. E outros estudos e livros viriam certamente, com o mesmo afinco e urgência de perscrutar novas possibilidades, escrevendo sobre o Brasil ou sobre a condição humana, ou ainda preparando seu programa de pós-graduação em Florianópolis, para onde fora convidado. Viria a se deslocar depois de 79 para ali, passageiro, mas deixando sua marca, orientando uma nova geração.

Guerreiro Ramos não parava, pedia artigos, solicitava recortes de jornais, com urgência analisava e comentava esse ou aquele livro, um e outro autor, e escrevia absorvendo o que de mais atual havia nas ciências de hoje, não só das ciências sociais e me dizia:

“... só uma coisa é importante, a criação, a autocriação. Não depende dos outros” (6.7.1969).

E em outros foros continuava a refletir e exigir de nós uma outra maneira de pensar sobre os nossos problemas, os dilemas do desenvolvimento, quer quando escrevia nos anos 50 na sua coluna de *Última Hora* ou em seus atuais ensaios nas páginas do *Jornal do Brasil*. Era o Guerreiro vivo e afiado com a sua contemporaneidade, afirmando criticamente as possibilidades das novas formas sociais de organização. Foi assim também quando delegado do Brasil na ONU, quando pode, juntamente com outros, entre eles Márcio Rego Monteiro, contribuir para um novo enfoque sobre as condições dos países subdesenvolvidos com seus estudos sobre patente industrial, transferência de tecnologia, etc.

Guerreiro Ramos e Brasil parecem algumas vezes coincidir-se, outras se distanciar-se, mas sua preocupação com um Brasil fora dos esquemas convencionais, interna e externamente, era clara. Politicamente, Guerreiro Ramos sentia-se comprometido com a democracia, e atento ao desenvolvimento do trabalhismo do qual fora um dos ideólogos e coadjuvantes. Interessava-lhe mais ainda saber

sobre as condições de vida do povo brasileiro (esse, ausente dos acontecimentos políticos do país) depois de anos de progresso predatório. Pensava que a administração e a política deviam caminhar juntas a fim de serem instrumentos efetivos de mudanças, e que haveria necessidade de uma racionalidade administrativa voltada para o serviço público eficiente, caminhando juntamente com a criatividade e a liberdade do povo, da mesma forma que a coisa pública deveria ser de fato propriedade social da nação e não de uns poucos. Por isso mesmo continuava otimista quanto às possibilidades do povo brasileiro, de sua criatividade fora do “mercado” formal e institucional existente, mas sem deixar de revelar, com aguda percepção, sua estranheza diante do Brasil de agora: “Folgo em saber de suas notícias.

Sinto que por aí a paisagem é melancólica.

O País se arrasta num pantanal de hesitações e os seres humanos são condenados à futilidade existencial.

Enquanto isso concilio-me com a ordem perene das coisas e esforço-me por consumir dois projetos intelectuais, um deles sendo sobre o Brasil. . .” (3.12.1981).

Resgatando sempre, sua terra e sua gente, em suas obras de mestre, assim é a minha percepção de Guerreiro Ramos e essa a minha contribuição inicial no sentido de resgatar a fertilidade dessa figura humana que sempre me fascinou e que me estimula e encanta para seguir adiante.

Prof. Helio Jaguaribe — Muito obrigado, Clóvis, pela excelente exposição. Dou agora a palavra à Prof.^a Vanilda.

Prof.^a Vanilda Paiva — Eu queria, em primeiro lugar, esclarecer que não sou especialista em Guerreiro Ramos. Entretanto, este autor me interessou na medida em que trabalhei sobre o pensamento isebiano. Conheço sua obra dos anos 50 e início dos anos 60, ou seja, não conheço seus escritos mais recentes e, portanto, quaisquer comentários que eu possa fazer aqui serão relativos àquele período da sua atividade intelectual.

Em função disso, acredito que será difícil comentar a exposição de Alzira. Não se pode abordar a obra de Guerreiro, no período a que nos referimos, desvinculada da dos outros autores isebianos. Há, na minha opinião, uma formulação básica inicial da ideologia isebiana que é aquela que encontramos nos artigos publicados por Helio Jaguaribe nos primeiros números dos *Cadernos do Nosso Tempo* (A crise brasileira e A crise do nosso tempo e do Brasil); eles dão as linhas mestras do nacionalismo desenvolvimentista. Para mim, o desdobramento dessa ideologia, ao longo dos anos 50, pelos principais isebianos — entre os quais eu incluiria o próprio Jaguaribe, Guerreiro Ramos, Vieira Pinto e Roland Corbisier — tem como ponto de partida essas colocações iniciais do Prof. Jaguaribe.

Eu gostaria — embora 10 minutos seja um tempo muito curto — de tocar aqui em pelo menos dois pontos. Em primeiro lugar, vou me permitir discordar da afirmação feita por Helio Jaguaribe de que no futuro viriam as críticas e de que, agora, tratava-se de recuperar a obra de Guerreiro Ramos; de que, provavelmente, teríamos — num momento não muito distante — um momento de crítica à sua obra. Na verdade, essa crítica já começou, começou há muito tempo e não é uma crítica que se restrinja à obra de Guerreiro Ramos. Desde há

algum tempo vem se desenvolvendo um esforço crítico em relação ao pensamento isebiano dos anos 50, que também inclui a obra de Guerreiro Ramos daquele período. Tais críticas, principalmente ligadas à escola paulista, tendem a ser, por vezes, muito duras. Por isso, creio que merece ser lembrada uma observação muito justa feita por Caio Navarro de Toledo. Diz ele que é muito fácil criticar a produção intelectual dos anos 50 a partir de dados e análises teóricas disponíveis hoje, ao invés de se considerar as condições em que se produziram tais idéias naquele período. Dispondo hoje de inúmeros dados e análises relativas à multinacionalização das economias capitalistas; dispondo, por exemplo, no campo marxista, desde a obra de Sweezy e Baran (que é do início dos anos 60) até o *Der Spätkapitalismus* de Ernst Mandel (que é do início dos anos 70), parece muito fácil apontar as debilidades das análises feitas nos anos 50. Frequentemente nos vemos diante da tendência a condenar em bloco tudo aquilo que se produziu no Iseb, considerando os equívocos provocados por uma insuficiente compreensão do movimento do capital a nível mundial e das características do processo de acumulação no capitalismo tardio (estou usando aqui o termo “capitalismo tardio” no sentido de Mandel e não naquele em que foi utilizado em Campinas), devido — por um lado — à real industrialização observada em regiões subdesenvolvidas e — por outro — à deficiente percepção da profundidade da divergência de interesses entre facções da burguesia brasileira e da disponibilidade da burguesia industrial de buscar maiores lucros na associação com o capital estrangeiro, com conseqüências sobre as possibilidades e os limites das alianças de classe naquele período; considerando ainda a subordinação da discussão relativa à dinâmica das classes sociais no Brasil à discussão sobre a “questão nacional”, sobre o dualismo, que caracterizou as análises isebianas.

Essa “recusa em bloco” do nacional-desenvolvimentismo deixou, frequentemente, de considerar as características da vida intelectual do período (a influência de determinadas correntes de pensamento e de certos autores) bem como os acontecimentos sociais e políticos do período, não apenas internos (como a vitória de Vargas em 1950 e suas conseqüências sobre a reorientação de uma parcela da intelectualidade, que iniciou uma evolução da direita para a esquerda, ou pelo menos, para posições liberais) mas também externos (lutas de libertação dos países africanos, Conferência de Bandoeng, mobilização política em torno de posições *tiers-mondistes*). Em suma, a crítica que tem sido feita ao isebianismo tem abrigado a tendência a uma recusa, digamos assim, “no atacado” que passa por cima da compreensão das limitações e riquezas daquela produção intelectual, considerando-a na sua época.

Este seminário é especialmente importante porque — mesmo que estejamos de acordo com algumas das análises feitas “em bloco” (e aqui lembráramos tanto aquela feita por Weffort, considerando o conjunto da ideologia isebiana como uma expressão do populismo ideológico, quanto a de Maria Sylvania de Carvalho Franco, que ressalta o lado autoritário dos escritos dos intelectuais do Iseb) — ele nos permite iniciar um movimento que permita recuperar aqueles autores na sua especificidade, na sua riqueza. Dito de outra maneira: mesmo que se esteja de acordo com as críticas “no atacado”, trata-se de recuperá-los “no varejo”, ou seja, naquilo que eles têm de específicos e que é realmente muito rico, valorizando os aspectos em que deram uma real contribuição e identificando seus aspectos atuais.

No caso específico de Guerreiro Ramos, ele foi — talvez — o único dos isebianos históricos que se preocupou em acertar contas com a literatura sociológica e antropológica precedente, fazendo-o sem preconceitos, procurando entender os autores nos seus condicionamentos sociais e intelectuais, buscando verificar o que seria positivo na obra dos que escreveram antes dele. Como sociólogo, Guerreiro Ramos destacou-se pelo domínio de uma vasta literatura, de raro acesso nos anos 40 e 50. Quando nos encontrávamos na época dos manuais, Guerreiro Ramos estava lendo e citando os grandes sociólogos — Max Weber, Gurvitch, etc. — estava atualizadíssimo com a literatura em voga na Europa, nos EUA, uma literatura que somente hoje faz parte do cotidiano do sociólogo brasileiro. Ele se antecipa muito no domínio de tal literatura. E ele não leu apenas os sociólogos. Encontramos, por exemplo, em sua obra, citações de Ernst Bloch — e devemos lembrar aqui que somente agora podemos contar com uma de suas obras traduzidas ao português. Nesse sentido, Guerreiro Ramos se antecipa muito em sua época.

Realmente importante em seu trabalho foi o apelo, eu diria “tipicamente isebiano” aos sociólogos, para que se “convertessem” à realidade nacional, para que se comprometessem com a realidade dentro da qual viviam e trabalhavam, como condição para entendê-la; o seu combate à sociologia de orientação empirista, praticada no Brasil sob inspiração norte-americana; a sua exigência de que a produção estrangeira fosse assimilada criticamente e reelaborada tendo em vista a compreensão dos nossos problemas. Considero esses apelos válidos ainda hoje. E, mesmo que muito da sua argumentação em favor de tais posições se apóiem numa, digamos, discutível “lei da duplicidade”, isso em nada invalida sua pertinência e justeza.

Um segundo ponto que eu queria comentar é o seguinte. Os aspectos que destaquei aqui são mais ou menos evidentes na obra de Guerreiro Ramos. Existem, porém, diversos outros que têm recebido menos atenção. Um deles diz respeito ao peso, em sua obra, de preocupações de caráter filosófico. Entre os “isebianos históricos” talvez tenha sido Guerreiro Ramos aquele que menos explicitamente tratou de questões filosóficas. O Prof. Helio Jaguaribe, aqui presente, dedicou-se muitíssimo a questões ligadas à filosofia no início dos anos 50. São testemunho disso não só o seu livro *A filosofia no Brasil*, que é de 1952, mas também a extensíssima resenha sobre o livro de Jaspers *Origem e meta da história* publicada na *Revista Brasileira de Filosofia*.

De qualquer modo, o conjunto dos isebianos foi profundamente influenciado pelo existencialismo. Isso marca também a produção de Guerreiro Ramos, onde a sua presença será — possivelmente — menos imediatamente visível, mas não por isso menos forte. E, em relação a esse aspecto, talvez tenhamos tido no Iseb dos anos 50 uma evolução da seguinte natureza. Enquanto Jaguaribe evoluiu no sentido de abandonar progressivamente a filosofia, dedicando-se cada vez mais à ciência política e à sociologia e, digamos, Roland Corbisier e Vieira Pinto permaneceram no campo da filosofia, Guerreiro Ramos, que tinha menos preocupações filosóficas, foi se convertendo mais e mais à filosofia. Assim, ao menos, percebo nos seus livros.

Se eu tivesse que agrupar os “isebianos históricos” a minha tendência inicial seria de colocar, de um lado, Helio Jaguaribe e Guerreiro Ramos — quer dizer, os cientistas sociais, com uma determinada posição política, ao menos tendencial — e Vieira Pinto e Roland Corbisier (que compõem o que poderíamos chamar

de uma “esquerda isebiana”), de outro. No entanto, exatamente porque esta é uma agrupação mais ou menos evidente, é que eu queria chamar a atenção para a existência de uma proximidade maior do que a que em geral supomos entre Guerreiro Ramos e Vieira Pinto. Acho que se Guerreiro Ramos estivesse vivo ele não gostaria de ouvir isso. Mas dois episódios podem ilustrar essa proximidade. Um deles diz respeito à polêmica em torno de *Consciência e realidade nacional*, de Vieira Pinto. Guerreiro Ramos escreveu contra o livro um artigo muito violento (A filosofia do Guerreiro sem senso de humor), acusando Vieira Pinto de se apropriar de suas idéias e de praticar uma deformação direitista das mesmas. O outro foi o seguinte: ao terminar de escrever *A redução sociológica*, Guerreiro Ramos teria entregue os manuscritos a Roland Corbisier para que desse sua opinião. E Corbisier lhe teria dito: “Mas, Guerreiro, isto é Vieira Pinto!” Guerreiro Ramos lhe teria respondido que aquelas idéias eram patrimônio da cultura universal, que nada tinham a ver com Vieira Pinto. Juntando os dois episódios, ou seja, a irritação causada por *Consciência e realidade nacional* a Guerreiro Ramos e o comentário de Corbisier a *A redução sociológica*, eu diria o seguinte: não se trata de saber se as idéias eram de Guerreiro Ramos ou de Vieira Pinto; os dois episódios foram possíveis porque os dois autores têm, em determinados pontos, realmente uma perspectiva muito semelhante. É essa semelhança se dá exatamente num plano em que eles procuram realizar algo de que a “redução” seria a expressão teórica: uma espécie de tentativa de “reduzir” o existencialismo do plano do indivíduo para o plano da nação. Vamos encontrar, ao longo do trabalho tanto de Vieira Pinto quanto de Guerreiro Ramos, uma tendência a “aplicar” o existencialismo à nação brasileira, o apelo à constituição do “ser nacional” como “ser para si”. Trata-se de um existencialismo muito marcado pela influência de Jaspers, uma variante do personalismo. E Guerreiro foi, entre os isebianos, o único a falar num processo de “personalização histórica” da nação.

Haveria ainda muito a dizer, mas o tempo é curto. Obrigada.

Prof. Helio Jaguaribe — Muito obrigado, Prof.^a Vanilda.

Minha posição de moderador está ficando manifestamente incômoda. A minha tendência é passar a debatedor.

Mas, na verdade, eu acho — e tenho consciência disso agora — que, eventualmente, se nosso encontro não se estender muito, e houver demanda dos estimados presentes, eu poderei dizer duas ou três palavras, no final.

Mas eu creio que estamos todos muito ansiosos para abrir o debate aos participantes. Dispomos de 45 minutos, que é um tempo razoável e eu creio que os quatro debatedores que focalizaram a personalidade do Guerreiro e a obra dele estejam todos felizes, na medida que vários aspectos distintos da obra e da pessoa ressurgiram com muita nitidez, dessa rápida contribuição. Sinto-me muito gratificado por tudo que ouvi e acho que as condições para um debate generalizado são muito apropriadas.

Proponho, então, que os presentes intervenham na discussão e, na medida em que o queiram, utilizem — eu o destaco aqui — o microfone.

A palavra está a disposição dos participantes.

Prof. Ramon Garcia — Parece-me que a associação que fiz, de Guerreiro Ramos com Paulo Freire, causou espécie principalmente porque foi explicitamente mencionada.

Se prestarmos atenção, no livro da Vanilda, tão elogiado, veremos que o próprio Paulo Freire, se tivesse escrito esse livro, daria o mesmo testemunho que deu o Brigagão: devo muito a Guerreiro Ramos.

No trabalho de pesquisa que estou desenvolvendo, percebi pontos de contato muito grandes, e é isso que eu vou procurar mostrar amanhã. A estrutura básica de pensamento (eu não estou falando de conceito a conceito, de correspondência, um a um; não é isso) — estou falando sobre a estrutura básica de pensamento, sobre o cerne da problematização. O que Paulo Freire faz é formular em termos práticos, na área de educação, uma série de preceitos da redução sociológica.

Prof.^a Vanilda Paiva — Eu queria fazer uuma pequena intervenção. Talvez eu tenha dado origem a uma certa polêmica e causado algum mal-estar tanto entre os isebianos quando entre os católicos progressistas ao apresentar Paulo Freire como um isebiano. Meu livro *Paulo Freire e o nacionalismo desenvolvimentista*, publicado pela Civilização Brasileira, toca em alguns pontos que têm conexão direta com o tema que estamos discutindo aqui. O Paulo Freire, que em geral conhecemos, é um intelectual católico, ideólogo de uma esquerda católica mais ou menos radical. O que tento mostrar é que o seu trabalho, a vários níveis, apresenta muito em comum com o dos isebianos. Tomemos, por exemplo, a sua análise da realidade. Qualquer pessoa que leia *Educação como prática de liberdade* pode ver que as análises feitas por Freire relativas à sociedade brasileira são, em grande medida, calcadas sobre as análises isebianas. Isso é ainda mais claro na tese que ele apresentou na Universidade de Pernambuco, em 1959 (*Educação e atualidade brasileira*), onde as citações de Helio Jaguaribe, de Guerreiro Ramos, de Vieira Pinto e de Roland Corbisier são não só freqüentes, mas inúmeras.

A análise apresentada por Freire, na época, é uma espécie de condensação daquilo que diziam os isebianos. Eu diria mais: se nos detivermos no método Paulo Freire de alfabetização e na forma como foi aplicado na época, verificaremos que ele teve como foco o nacionalismo. Mais tarde sua utilização centrou-se sobre as reformas de base, mas o fundamental da ideologia que o informa é o nacionalismo.

Quando enfatizei aqui a influência do existencialismo cristão que se encontra presente entre os teóricos isebianos, o fiz possivelmente porque esse ponto foi tratado com mais interesse por mim, em conexão com o impacto da ideologia isebiana sobre a evolução dos setores católicos progressistas. A conversão à realidade nacional, de que falava o Iseb, também passou pelo movimento católico. E o impacto do nacional-desenvolvimentismo sobre os jovens católicos bem pode ser avaliado pela necessidade que sentiram os dirigentes de ação popular de, em seu documento básico, deixar claro a sua distância de tal ideologia, o seu rompimento com ela. A partir de tal rompimento nos depararemos com uma evolução dos setores católicos mais radicais em duas direções. De um lado se colocarão os que fizeram uma opção pelo marxismo (e que desembocarão em movimentos de orientação maoísta); de outro, estarão aqueles que, com uma orientação bastante eclética, manter-se-ão ligados ao pensamento católico de es-

querda e aos “restos” do isebianismo. A evolução ideológica deste último grupo não é muito diferente daquela que podemos observar nas obras mais recentes de Roland Corbisier e de Vieira Pinto. Há uma certa linha de continuidade no pensamento deste grupo ou de parte deste grupo cristão. Qualquer interpretação da obra de Paulo Freire, na minha opinião, tem que passar por aí. Eu o considero um dos mais importantes ideólogos católicos do continente, responsável pela difusão de uma orientação determinada dentro do pensamento católico radical e, em relação às suas idéias do final dos anos 50 e início dos anos 60, elas merecem as mesmas críticas e considerações gerais que fizemos em relação à obra de Guerreiro Ramos e dos isebianos em geral.

Prof. João Eurico Matta — Peço perdão a este auditório se tiver de ser um pouco *moi disant*, o que me parece necessário para melhor entendimento da pergunta que vou endereçar, particularmente, a Helio Jaguaribe, sobre Guerreiro Ramos e este livro de 1978, que aqui está em minhas mãos, de Nelson Werneck Sodré, intitulado *A verdade sobre o Iseb*.

Antes gostaria de dizer que estou muito empolgado com o que todos os painelistas disseram sobre o tema desta manhã, especialmente com os depoimentos muito pessoais de Ignacio Rangel e de Clovis Brigagão. Talvez eu tenha uma pequena queixa quanto às referências feitas pela Prof.^a Alzira de Abreu ao que chamou de “bacharéis em Direito ‘ou’ juristas do Iseb”. Como a ilustre expositora declarou que não é especialista na obra de Guerreiro Ramos — e ontem à tarde se falou, aqui, com bom humor e carinho, em “discípulos” de Guerreiro e “guerreirettes” — talvez não seja uma queixa o que apresento agora, mas sim uma recomendação, sem esnobismo, de que a Prof.^a Alzira procure realmente conhecer um pouco mais aquela obra, especialmente a de antes da fase do Iseb, para melhor compreender o papel de Alberto Guerreiro Ramos nos poucos anos de seu namoro com o citado Iseb.

Para facilitar, espero, minha colocação, devo apresentar-me como um baiano que sofreu um “terremoto” intelectual em 1957, por causa de uma série de palestras que Alberto Guerreiro Ramos fez em Salvador, naquele ano. Eu ingressara na Faculdade de Direito da UFBA em 1954, no ano que assinalou o suicídio de Getúlio Vargas. Isso aí! Aqueles desafiantes anos 50, a que se referiu Rangel. Fui o orador da turma de bacharéis em ciências jurídicas e sociais de 1958, daquela faculdade que completou 90 anos em 1982, famosa por suas tradições de positivismo e de idéias socialistas de alguns de seus mais célebres professores, famosa por João Mangabeira, ali venerado, e de quem o irmão Octávio dizia que seu socialismo não oferecia ameaças, pois quando ele aterrissava no aeroporto 2 de Julho de Salvador, bastava um microônibus para levar seus seguidores, em festa intelectual.

Pois em 1957 Guerreiro Ramos levou à Bahia a agitação intelectual dos pesquisadores isebianos. Era um curso sobre a sociologia “em mangas de camisa”, proposto por Guerreiro e colegas. Gerou com isso um movimento sísmico na disponibilidade mental de jovens como eu, aos 22 anos, ou o saudoso Antônio Luis Machado Netto, então com 27 — um disciplinado estudioso de Werner Jaeger e Rodolfo Mondolfo, de Marx, Max Weber e Karl Mannheim, de filósofos gregos e de Ortega y Gasset, mas que se transformou, na época, num militante defensor das idéias de Guerreiro, em artigos nos jornais de Salvador. Na nossa Faculdade de Direito, a revista *Ângulos*, do Centro Acadêmico Rui

Barbosa, que eu dirigira em 1956, foi sacudida pelas palestras de Guerreiro, e deste publicou, em 1958, um excerto cuidadosamente escolhido de *A redução sociológica*.

A ocorrência, em Salvador, do “terremoto guerreiriano” de 1957, deixou marca em quase todos nós, e foi a estes estudantes baianos de então que ele dedicou, afetuosamente, também como conterrâneo, a primeira edição, isebiana, da *Redução*. Em meu discurso de 1958, mas publicado em 59, eu me abalançava a elogiar e a criticar as posições de Guerreiro Ramos. Nesse mesmo ano, 1959, eu seria entrevistado por Henry Reining, Junior — que ali está, sentado no auditório — como candidato ao mestrado em administração pública pela Universidade do Sul da Califórnia, Los Angeles, onde passei os anos de 1960 a 1962, precisamente no mesmo lugar universitário onde Guerreiro Ramos encontrou acolhida profissional e afetiva de 1966 até sua morte, neste 1982. Para bom entendedor, poucas palavras bastam.

Fui para os EUA em busca de formação pós-graduada menos “bacharelesca” — menos filosófica e mais “tecnocrática”. A EBAP e a EAESP, antecedidas pelo Dasp de Luiz Simões Lopes, eram as pioneiras desse novo “evangelho” — de algum modo percebido equivocadamente pelos intelectuais brasileiros de então e de depois, já que em Los Angeles verifiquei que a “administração” era estudada como produto da conjunção das “ciências sociais aplicadas”, entre estas a política e a economia. Era mais do que apenas “tecnocracia”.

Antes dessas curiosas conexões já tínhamos descoberto que os intelectuais do Iseb e que a literatura isebiana — Prof.^a Alzira — eram refractários a juristas, tinham reservas quase mortais com relação aos “bacharéis em direito”. Eles admiravam a engenharia, a economia e outras formações acadêmicas ou profissionais comprometidas com a tecnologia do “industrialismo”. Especialmente Roland Corbisier, citado pela expositora por suas origens na ação integralista, era importante e talentosa figura de proa do Iseb que tinha particular má-vontade, ou pelo menos desdém, para com “juristas” e “bacharéis”.

Estarão muito excêntricas essas colocações e depoimentos introdutórios a minha pergunta? Creio que sim, mas por serem provocativas de debate. Do mesmo modo vejo o posicionamento do “perguntador” que me precedeu, um bacharel em administração pública de 1968, pela EBAP, que se declara candidato do Partido do Trabalhador (PT) a um cargo eletivo, e nos pergunta a todos se, afinal, “administração” é ciência ou arte. Sou Bacharel em direito, baiano de 1958, com mestrado em administração pública no início dos anos 60 — repito. Pois neste contexto de mais de três décadas de Brasil, lembro a todos aqui que o bacharel em direito e sociólogo, também o parlamentar e político getulista, Alberto Guerreiro Ramos, começou fazendo poesias, na Bahia dos anos 30, e terminou fazendo ciência social com poesia, no início dos anos 80, com este livro notável, *A nova ciência das organizações* — que é, também, reitero, poesia de bom quilate.

Pois bem, pressionado pelo tempo e pedindo desculpas, apresso-me a fazer-lhe a prometida pergunta, mestre Helio Jaguaribe. Faço-a também como suplente, que sou até 1986, do Senador baiano Lomanto Júnior, que em maio registrou no plenário do Senado da República, em comovente discurso, o pensamento de Guerreiro Ramos. Afinal, quando retornei de Los Angeles, em 1962, foi o então governador Lomanto Júnior que me fez secretário de estado, coordenador-geral da Reforma Administrativa do Poder Executivo baiano, até 1967, ano em

que o deputado cassado Guerreiro Ramos já se instalara naquela mesma Los Angeles, como professor do instituto universitário, pós-graduado onde precisamente eu concluíra meus estudos de administração, com vários colegas da EBAP e da Universidade Federal gaúcha.

— Qual é sua opinião, Prof. Jaguaribe, sobre esse livro de Nelson Werneck Sodré e seu posicionamento em torno da ação de Guerreiro Ramos e sua *verdade sobre o Iseb*?

Prof. Helio Jaguaribe — Dispomos ainda de uma oportunidade para uma intervenção do público.

Clóvis Ramalhete — Penso que interpreto a todos e peço a Helio Jaguaribe que me substitua. Que Helio Jaguaribe atenda ao pedido geral que neste momento interpreto. Se estamos falando de Guerreiro Ramos e de isebianos, *suponho* que estamos constatando a periodização da história, esse período brasileiro, mais longo do que as etapas meramente registradas por jornalistas. Esse período brasileiro deu homens representativos, homens que eram células nervosas que captavam, e, ao mesmo tempo, se propunham a dinamizar a história.

Todos nós hoje, que não participamos desse pequeno grupo — entre eles eu confortavelmente me instalo, sou mero leitor do grupo dos isebianos, todos nós temos a maior curiosidade de ouvir — neste momento que recordamos Guerreiro Ramos, revisitamos Guerreiro Ramos — ouvir o próprio Helio Jaguaribe, sobre o Iseb visto por dentro. O Iseb visto por fora, nós todos vivemos, lendo os livros, e o Iseb, visto por dentro, é um depoimento histórico, algo do Brasil que se procurou a si mesmo em um tempo em que era a nação brasileira.

Se recebi o microfone, foi para repetir o que todos estavam pedindo. Que fale Helio Jaguaribe!

Prof. Helio Jaguaribe — Muito obrigado. Eu me sinto, como é natural, induzido a minimizar minha intervenção, na qualidade de moderador. Aqui estou para distribuir espaço, tempo e oportunidade para outros.

Mas, em atenção ao que me pede o público, considerando-se que estamos nos aproximando do fim da sessão, talvez não fosse totalmente descabido, se eu apresentasse algumas considerações finais.

Pediria desculpas a meu amigo Clóvis Ramalhete, se não posso aceitar a totalidade de seu convite. Isso não é ocasião para um depoimento sobre o Iseb, da minha parte. Estou pronto a fazê-lo, em outro contexto, em outro momento. A meu ver essa matéria voltou, como muito bem disse a Vanilda, a ser objeto de investigação acadêmica a partir de outros de diversos ângulos, a meu ver, muito elucidativos.

O que eu estimaria fazer, antes do encerramento, é falar um pouco sobre Guerreiro. Nós estamos aqui para discutir a figura de Guerreiro Ramos, a obra de Guerreiro Ramos e eu creio que a obra e a pessoa dele merecem um pouco mais da nossa atenção.

Tenho a impressão — e creio que essa impressão é compartilhada pelos participantes — de que esta modesta tentativa inicial de reapreciação da obra e da

pessoa de Guerreiro teve sentido. Aqui mediu conta, como contemporâneo de Guerreiro, como uma pessoa que o conheceu muito intimamente e participou muito de perto de suas preocupações, durante um período razoável da nossa vida, que seria importante uma recuperação da sua personalidade. Isso foi o que o Ignacio Rangel e Clóvis Brigagão, a partir de perspectivas *geracionais* diferentes, nos transmitiram, essa impressão de extraordinária riqueza da personalidade do Guerreiro, um homem que vivia em muitas dimensões e poderia, como Pablo Neruda, ao encerrar a sua vida, dizer: “Confesso que vivi”.

Guerreiro poderia ter feito esta declaração.

A vivência dele não era uma vivência banal, de mera apropriação de sensações; era uma vivência de co-participação, uma vivência pública. Ele era um homem do lar; ele tinha a sua família, a filha que aqui está; um profundo afeto pela sua mulher. A dimensão privada de Guerreiro existe; ele não era apenas um homem público. Mas a prioridade dele pelo seu país era o seu *destino* público, na participação nas angústias da sociedade e na capacidade de exprimir-se, por *necessidade*, como uma existencialidade aberta ao social. A evocação de Guerreiro, feita por Rangel e por Clóvis Brigagão, pareceu-me muito interessante. Certamente, devemos aos dois outros debatedores e a nossa principal expositora, Alzira Abreu, uma contribuição efetivamente muito interessante na dimensão da apreciação de sua obra e de seu contexto intelectual.

Nestes poucos minutos em que me parece razoável utilizar o microfone, eu me permitiria fazer um breve comentário sobre as contribuições desses participantes do nosso seminário e começaria pela interessante análise que fez, do Iseb, Alzira Abreu.

Creio que a sua percepção do Iseb, como um centro de intelectuais que, a partir de uma certa visão do momento histórico que experimentava o mundo e da condição particular do Brasil, formulou diretrizes para o desenvolvimento e para mobilizar o esforço coletivo brasileiro, é muito correta. Creio que uma das coisas que o Iseb tentou fazer foi criar uma racionalização, uma formulação encaminhada para assegurar ao país a superação do seu desenvolvimento. Essa idéia se constituiu no projeto do nacional-desenvolvimentismo. O Iseb, entre outras coisas, de uma maneira mais simplificativa, tentou elaborar o que se poderia chamar de uma ideologia para as condições brasileiras dos anos 50.

Não concordaria com os analistas do Iseb de que aquele — esse foi o título do livro de Caio Navarro, que infelizmente aqui não pôde vir — fosse apenas uma fábrica de ideologias. Não pretendo entrar em polêmicas, sobretudo com um colega que não está presente. Já abordei o assunto em artigo publicado no *Jornal do Brasil*.

O que me parece importante salientar é que, em primeiro lugar, o Iseb tentava ver, ao mesmo tempo, um esforço de compreensão das produções histórico-sociais, da realidade do mundo e do Brasil, nesse momento e daí retirar algo que servisse para a práxis — um *logos* orientado para a práxis. Ele não era uma fábrica de ideologias a serviço de interesses predeterminados.

Seria interessante mencionar, incidentalmente, que os professores do Iseb trabalhavam de graça. Nunca recebi um centavo do Iseb, nem Guerreiro. A única pessoa remunerada no Iseb era Roland Corbisier porque, tendo-se deslocado de São Paulo, onde era redator de *O Estado de São Paulo*, aqui tinha que

ter um emprego. O pouco dinheiro que o Iseb tinha lhe permitia dar um salário ao seu diretor-executivo, que era *full-time*. O resto era utilizado para publicações, porque sempre trabalhamos absolutamente de graça, com exceção, evidentemente, do diretor-executivo, que ali estava em tempo integral.

O Iseb da primeira etapa, que foi o Iseb do Guerreiro e o Iseb de que participei, teve uma dupla finalidade: a compreensão da realidade histórico-social e, em seguida, a extração, desse entendimento, de diretrizes de ação para superar o subdesenvolvimento brasileiro. Nesse sentido o Iseb era uma *intelligentsia*. Creio seria importante levar isto em conta na análise que a Alzira faz da relação entre o Iseb e o Governo Kubitschek, que na verdade implementou o processo de desenvolvimento. É preciso fazer uma distinção entre uma *intelligentsia* e uma tecnocracia. Os isebianos não se queriam tecnocratas, embora Ignacio Rangel, citado aqui, fosse um dos mais importantes membros da equipe do BNDE e economista apto a fazer projetos concretos. Mas na sua qualidade de isebiano, ele não estava interessado em qualquer tecnocracia. O Iseb estava interessado em compreender o mundo e, a partir dessa compreensão, extrair elementos que servissem de base para que, então, outros agentes executivos levassem essas idéias à implementação. Não houve por parte do Iseb, qualquer interesse em participar na administração de Juscelino Kubitschek, embora deva dizer, a título de informação pessoal, que Kubitschek nos convidou. Nós participamos da campanha de Juscelino e do Programa de Metas, que veio a ser, realmente, uma extraordinária realização do governo Kubitschek, embora se possa criticá-lo sobre vários aspectos. A meu ver, o saldo foi altamente, extraordinariamente, favorável. A preparação desse Programa de Metas foi, inicialmente, obra do Iseb. A partir de uma formulação, em nível de maior generalidade, nossa contribuição foi transferida para a implementação operacionalizada da tecnocracia que elaborou o programa, sob a direção de Lucas Lopes.

Essa distinção entre *intelligentsia* e tecnocracia é importante para se compreender certos processos sociais, inclusive o governo Kubitschek.

Outro ponto que me parece seria também dos mais importantes é constituído pelas observações feitas por Bolívar Lamounier, em relação a dois objetos do pensamento de Guerreiro Ramos. De um lado, Guerreiro era um homem profundamente voltado para a idéia da incorporação do povo, como foi dito por Clóvis Brigagão, como protagonista no processo nacional. Era, por outro lado, um homem profundamente preocupado com a preservação do estado de direito e com a preservação da democracia. Guerreiro era um pensador profundamente anti-autoritário, de sorte que, na sua vontade, na sua preocupação de produzir uma mobilização popular, que desse o caráter definitivamente democrático ao Estado, estava sempre presente a preocupação de evitar a formação de um partido único. Assim é que a ele devemos uma importante reflexão sobre a condição do negro brasileiro e não menos importante contribuição para a teoria da negritude. Por outro lado, Guerreiro manteve uma enorme distância em relação às formas africanas de democracia. Guerreiro era um homem do Ocidente, um pensador ocidental, um brasileiro que afirmava a existência, neste país, de uma sociedade multinacional à qual, entretanto, ele aspirava dar uma básica unidade cultural. Ele não aspirava criar a consciência da negritude como sendo uma reafirmação do Brasil. Isso era absolutamente o oposto do pensamento dele. Achava que havia um abismo cultural entre nós e a África, sem embargo de sermos uma parte da África e de em nossas veias, correr o sangue africano.

Esta grande miscigenação brasileira parecia oferecer a possibilidade de criar, a partir de uma cultura própria, uma sociedade pluri-racial. Daí, a ênfase dele na dignidade da contribuição do livro e a importância da contribuição da cultura na formação de uma sociedade democrática.

A coerência de Guerreiro, se faz sentido, é exatamente no fato de que, quando ele quis participar da política, habilitou-se para o Congresso. Não quis ser assessor de Vargas ou de Juscelino Kubitschek, como poderia ter sido. Ele quis ser um intelectual independente e um congressista independente.

É isso que me parece que existe no pensamento e na obra dele: a consciência de que para romper as formas remanescentes da oligarquia rural, do mercantilismo e de uma série de outros elementos estagnadores da sociedade brasileira, era necessário não apenas contar com a burguesia nacional, como muito foi dito, mas, além disso, mobilizar um movimento popular de base. Entretanto, era preciso que essa mobilização popular de bases evitasse os riscos de cair num partido único, num mobilizacionismo de tipo massificante e excludente das liberdades, em vez de numa verdadeira democracia.

Minha impressão é de que há outra contribuição muito importante que Vânia Paiva trouxe em relação à obra e à personalidade de Guerreiro, quanto introduziu esse interessante comentário a respeito do subjacente existencialismo que habitava o pensamento isebiano, em função da idéia de autenticidade. Essa reivindicação de autenticidade que consta de todos os textos do Iseb, é partilhada por Guerreiro para pensar o Brasil. A autenticidade não é apenas uma condição de felicidade, é uma condição de compreensão do real, é uma condição necessária para a apreensão da realidade.

Creio que esse trânsito da categoria (muito importante, como sabemos todos) do “autêntico” e da “autenticidade”, do plano ético-filosófico do pensamento existencialista para o plano político, não foi apenas uma realização do Iseb. Entendo que na evolução do pensamento de Sartre vamos encontrar um caminho semelhante por parte de um filósofo, que se converte, cada vez mais, num homem engajado no seu desenvolvimento histórico, na sua sociedade e termina aderindo a uma certa versão humanista do marxismo. Sartre é um marxista humanista.

Esta transposição, por Sartre, da categoria de autêntico para o processo político, encontra-se precisamente na obra de Guerreiro Ramos. Apenas, Guerreiro Ramos não é marxista, nem o será nunca. Uma das características, a meu ver, do pensamento isebiano, nesta primeira fase — sem prejuízo, evidentemente, da presença, no nosso grupo, de um nome como Nelson Werneck Sodré, cuja posição marxista foi sempre ostensiva e reconhecida — foi que, com exceção deste e de alguns outros membros individuais do grupo, o grupo central tentasse uma superação simultânea do positivismo lógico e do marxismo. Naquela dimensão em que o Iseb não estava encaminhado apenas para uma práxis do país, na direção da superação do desenvolvimento, mas estava igualmente preocupado em uma reflexão sobre a sua própria metodologia, deve-se entender seu esforço teórico como de superação tanto do positivismo lógico como do marxismo. Do marxismo, especificamente, no sentido de que Guerreiro e eu próprio e alguns outros companheiros dessa experiência, sempre consideramos que a tese de materialismo histórico é uma hipótese insubsistente, que não é verdade que as sociedades apresentem uma certa dimensão — a econômica — como necessariamente infra-estrutural e outra dimensão — a cultural — como necessariamente superestrutural.

A sociedade é um sistema de subsistema: o subsistema econômico, o subsistema cultural, o subsistema participacional e o subsistema político. Nenhum deles é eminentemente superestrutural; nenhum deles é eminentemente subestrutural. Eles têm entre si uma relação de causalidade circular.

O que ocorre é que, nas circunstâncias da história, em determinados momentos históricos, as condições favorecem um determinado plano da sociedade para que tenha certa autonomia relativamente aos outros. É evidente que nos defrontamos, em determinados períodos, com uma relativa autonomia do subsistema cultural. Fenômeno histórico-sociológico extremamente importante, a que está ligado o nascimento das grandes religiões. Explicar o cristianismo ou o islamismo através das relações de produção é uma infantilidade. Simplesmente, esses grandes movimentos da história tiveram motivações tipicamente culturais, vinculadas a certas crenças, a uma visão do absoluto, ao sentimento de superação do mundo, a partir de uma reformulação da cultura. Somente numa versão simplificada e tosca, se pode considerar superestrutural um fenômeno religioso que ao contrário, recondiciona a totalidade da sociedade. São as visões de Maomé que conduzirão à constituição do califado e não as relações de produção do mundo árabe que vão configurar Maomé. Por outro lado, é igualmente evidente que, em outros momentos históricos, são as condições de produção e da tecnologia que geram ideologias. Quem pode compreender a segunda metade do século XIX, se não levar em conta, a emergência da tecnologia industrial e toda a revolução industrial, por trás dela? Atrás de todas as ideologias do século XIX está a revolução industrial. Mas, pensar que aquilo que é explicativo, num momento específico da história, é universalizável para explicar o faraó dos egípcios ou para explicar Gautama, é uma ilusão da universalização de um momento histórico específico para a totalidade da história. Essa tentativa de superar o marxismo, como uma teoria excessivamente dependente dos modos de produção e o positivismo lógico, como uma versão da realidade excessivamente dependente da lógica formal, é que, a meu ver, comandou os pressupostos metodológicos do pensamento isebiano e está muito presente na obra de Guerreiro Ramos.

A obra de Guerreiro Ramos é um esforço de transcendência do positivismo lógico e do marxismo. A meu ver, um esforço bem-sucedido. Não viveu Guerreiro o suficiente para fazer o livro que está implicitamente contido em sua última obra. Quem ler esse trabalho extraordinário de síntese teórica encontrará, já perfeitamente delineada o que, a meu ver, seria a forma final de *A redução sociológica*. Tratar-se-ia de um momento epilógico daquilo que se iniciou com a *Introdução crítica à sociologia brasileira*, que teve o seu momento clássico em *A redução sociológica*, e ia seguir, em continuação a este trabalho, de uma forma que exprimiria aquilo que Guerreiro salientou que era o momento *planetário* de seu pensamento.

Guerreiro, transferido para um outro contexto cultural, essa extraordinária coisa que é a boa universidade americana, uma das grandes instituições da cultura do século XX — teve a capacidade de se valer da biblioteca, da informação, das facilidades de intercâmbio que proporciona a universidade americana, para uma segunda educação dele próprio. Uma universalização do seu pensamento e um amadurecimento que, infelizmente, não chegou a dar a totalidade dos seus frutos, embora nos tenha proporcionado, na dimensão específica da ciência das organizações, este admirável livro que é *A nova ciência das organizações*.

Há muito que falar sobre Guerreiro, mas eu quero respeitar a limitação do tempo que a Fundação Getúlio Vargas me concedeu e não permitir que se ultrapasse, no máximo, o meio-dia. Considero, portanto, encerrada a sessão.

Gostaria de agradecer a todos a freqüência e, aos participantes, a excelente contribuição que deram para reviver a memória da pessoa e da obra de Guerreiro Ramos, e lembrar que se realizará aqui, na Fundação Getúlio Vargas, às 14 h, uma segunda sessão. Muito obrigado.



Livros de

ECONOMIA

editados pela FGV

Inflação, moeda & modelos macroeconômicos - o caso do Brasil de *Carlos Lemgruber*
141 páginas

Eugênio Gudín visto por seus contemporâneos
160 páginas

O problema do café no Brasil de *Antonio Delfim Netto*
259 páginas

Análise econômica do fenômeno demográfico no Brasil de *Edy Luiz Kogut*
114 páginas

Os efeitos das minidesvalorizações na economia brasileira de *Eduardo Matarazzo Suplicy* - 2.ª ed.
254 páginas

Multinacionais - os limites da soberania de *Getúlio Carvalho* - 3.ª ed.
387 páginas

O Nordeste Brasileiro: uma experiência de desenvolvimento regional de *João Gonçalves de Souza*
409 páginas